

# A Revolução de 30 na Zona da Mata Mineira: o caso manhumiriense, de coluna invasora a embate político-religioso\*

*The Revolution of 30 in the Zona da Mata Mineira: the case of manhumiriense, from an invasive column to a political-religious clash*

Nicodemo Valim de Sena\*\*

**Resumo:** Os habitantes da Zona da Mata mineira, no início da década de 1930, passavam por um momento de insatisfação política e de forte crise econômica relacionada à baixa dos preços do seu principal produto, o café. A campanha da Aliança Liberal foi bem articulada na região e angariou contundente apoio, de forma que a derrota de Vargas nas urnas não foi bem recebida e os acontecimentos do emblemático 3 de Outubro obtiveram adesão imediata, sobretudo nas cidades de Carangola e de Manhumirim, de onde partiram colunas em direção ao Espírito Santo, Estado no qual as autoridades mostraram-se relutantes em apoiar a Revolução que se iniciava. O objetivo principal deste artigo é o de buscar compreender, por meio de informações obtidas em relatos preservados no semanário *O Lutador*, no *Livro de Tombo* da Paróquia de Manhumirim e no jornal *Correio da Manhã* quais foram os impactos ocasionados pela Revolução de 30 na cidade de Manhumirim e seus diversos desdobramentos, como a invasão e ocupação de distritos e cidades capixabas, o empastelamento do *O Lutador* e a exoneração de diversas autoridades municipais, em especial, do presidente da Câmara, Alfredo Soares Lima.

**Palavras-chave:** Revolução de 30; Manhumirim; Conflito político-religioso.

**Abstract:** The inhabitants of Zona da Mata in Minas Gerais, in the early 1930s, were going through a period of political dissatisfaction and a strong economic crisis related to the fall in prices of their main product, coffee. The Liberal Alliance campaign was well articulated in the region and garnered strong support, so that Vargas's defeat at the polls was not well received and the events of the emblematic 3 de Outubro obtained immediate support, especially in the cities of Carangola and Manhumirim, in where columns left in the direction of Espírito Santo, a state in which the authorities were reluctant to support the Revolution that was just beginning. The main objective of this article is to seek to understand, through information obtained in reports preserved in the weekly *O Lutador*, in the *Book of Tombo* of the Parish of Manhumirim and in the newspaper *Correio da Manhã* what were the impacts caused by the Revolution of 30 in the city of Manhumirim and its various developments, such as the invasion and occupation of districts and cities in Espírito Santo, the jamming of *O Lutador* and the exoneration of several municipal authorities, in particular, the Mayor, Alfredo Soares Lima.

**Keywords:** Revolution of 30; Manhumirim; Political-religious conflict.

Recebido em: 18/03/2021

Aprovado em: 25/05/2021

\* O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes).

\*\* Doutorando em História Social das Relações Políticas pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHis) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Mestre em História pelo PPGHis/Ufes. Licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista Fapes. E-mail: nicodemovs@hotmail.com.

## Introdução

O objetivo principal deste artigo é identificar e problematizar alguns dos desdobramentos da Revolução de 30, na Zona da Mata Mineira, mais especificamente no pequeno município de Manhumirim, local onde foi organizada uma coluna invasora que adentrou o Estado do Espírito Santo e conquistou, em nome da citada Revolução, algumas cidades capixabas localizadas na região do Caparaó.

De igual modo, interessa também analisar os diferentes usos políticos da Revolução de 30, visto que, em Manhumirim, uma acirrada polêmica político-religiosa dividia a cidade em dois grupos: de um lado, católicos militantes arregimentados e liderados pelo pároco padre Júlio Maria de Lombaerde e, de outro, católicos dissidentes e acatólicos, como maçons e protestantes, grupo reunido ao redor do presidente da câmara e prefeito Dr. Alfredo Soares Lima. Ambos os grupos se aproveitaram do momento de instabilidade política para colocar em prática estratégias que lhes permitiam vantagens em relação ao rival.

O grupo liderado pelo prefeito se valeu do controle da cidade para atacar algumas instituições do padre Júlio Maria, como o polêmico jornal *O Lutador*, que foi empastelado e tirado de circulação por cerca de dois meses. Nesse período, houve também atos de violência contra o sacerdote, circulação de boletins e de cartazes depreciativos e até troca de tiros na porta da Igreja Matriz.

De forma similar, o pároco serviu-se da oportunidade e da influência do bispo D. Carloto Távora, tio de Juarez Távora, um dos líderes da Revolução em nível nacional, para pressionar as lideranças políticas estaduais, sobretudo o ex-presidente mineiro e do Brasil, Arthur Bernardes, para substituir o prefeito e líderes das forças policiais de Manhumirim por seus apoiadores.

As principais fontes que permitem estudar essa problemática são alguns exemplares de periódicos circulantes na época. Dentre eles, citamos o semanário *O Lutador*, fundado pelo padre Júlio Maria, com o apoio direto do bispo diocesano de Caratinga, D. Carloto Távora, em novembro de 1928, e que rapidamente alcançou grande circulação regional. Além de tratar de questões religiosas e doutrinárias, padre Júlio Maria se valia desse jornal para escrever artigos polêmicos, nos quais confrontava lideranças protestantes, políticas e maçônicas da cidade. Estes, por sua vez, se valiam de outros periódicos locais, como *Manhumirim* e *Jequitibá*, assim como de panfletos anônimos, para refutar e atacar o pároco local. Outro documento que contém importantes registros do embate é o *Livro de Tombo da Paróquia do Bom Jesus de Manhumirim*, fonte primária, manuscrita, no qual o padre relatou os principais acontecimentos do município e paróquia no período de 1928 a 1938.

Por fim, alguns artigos publicados no *Correio da Manhã*, jornal fundado no Rio de Janeiro por Edmundo Bittencourt (1866-1943), em diversos números, tratam de temas relativos a Manhumirim, sobretudo nas *seções pagas* e nas *cartas aos redatores*. Algumas dessas contribuições versam diretamente sobre os acontecimentos da Revolução de 30 na cidade e foram enviadas tanto por colaboradores do padre Júlio Maria quanto por apoiadores do prefeito Dr. Alfredo Lima.

## **O desenvolvimento material e político de Manhumirim**

Para uma maior compreensão dos acontecimentos, devemos antes situar geográfica e historicamente algumas particularidades da região do Caparaó, principalmente do município de Manhumirim que, nos anos 30, foi apelidado de “cidade dínamo” da Zona da Mata Mineira.

Diferente das regiões envolvidas diretamente com a exploração aurífera, a Zona da Mata foi uma das últimas regiões de Minas a receber atenção do Estado no sentido de ser explorada e ocupada. Afinal, a descoberta de ouro atraía a atenção do Governo Português para os locais de exploração, deixando obscurecidas as regiões mais distantes que, devido à proibição de se abrir caminhos e de se estabelecer fazendas, ficaram conhecidas como “Zona Proibida” ou “Zona Restrita” (BARBOSA, 2009, p. 15; SILVEIRA, 2009, p. 108).

Com a decadência da mineração, no final do século XVIII, a vigilância sobre as áreas proibidas deixou de fazer sentido. Contudo, a Zona da Mata só começou a ser desbravada de forma efetiva no início do século XIX, com a abertura de uma estrada ligando a cidade de Vitória, no Espírito Santo, à cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais (BALESTRERO, 2012, p. 169). A Estrada São Pedro de Alcântara ou Estrada Rubim envolveu o empenho de capixabas e de mineiros e prestou grandes serviços às duas províncias, facilitando o fluxo de pessoas, o transporte de mercadorias e a ocupação de locais pouco conhecidos, como a Serra do Caparaó.<sup>1</sup> Mas, apesar desse avanço inicial, a estrada ficou quase abandonada e a região só foi ocupada de fato na segunda metade

---

<sup>1</sup> Uma grande contribuição oriunda da construção da estrada real foi o estabelecimento dos chamados quartéis, construções pequenas, feitas de pedra e madeira, cuja a finalidade era fornecer abrigo aos viajantes e conservadores da via. Os quartéis eram habitados por um pequeno grupo de soldados armados e armazenavam armas, ferramentas e outras provisões. Normalmente, distavam entre si cerca de 20 quilômetros, percurso que, na época, correspondia a um dia de viagem. Dentre os quartéis que adentravam a Serra do Caparaó, podemos citar, do lado capixaba: o do Pardo (Lúna); o de Santa Cruz (Irupi) e o de Vila do Príncipe (Lúna). Do lado mineiro estavam: a Fazenda do Quartel (Manhumirim); o Quartel Novo do Ouro (Manhumirim) e o Quartel do Manhuaçu (São João do Manhuaçu) (BALESTRERO, 2012, p. 170; LEAL, 2009, p. 8-9).

do século XIX, com a chegada de vários imigrantes, alemães e suíços dentre eles, que se dedicaram à cultura do café.

A fertilidade do solo e a relativa facilidade de obtenção de terras na região atraiu um grande número de agricultores. A lavoura cafeeira se adaptou bem ao relevo montanhoso e ondulado e ao clima ameno com chuvas bem distribuídas durante o ano, de forma que, entre 1850 e 1900, a Zona da Mata foi responsável por mais de 90% da produção mineira de café (SILVEIRA, 2009, p. 110-111).

Com o aparecimento das fazendas de café, logo se formaram alguns centros urbanos no entorno do Caparaó, sendo um deles Manhumirim. De início chamado "Bom Jesus do Pirapetinga", o pequeno povoado formou-se junto às terras doadas para a construção de uma capela católica por Manoel Francisco de Paula Cunha, personagem tradicionalmente considerado um dos primeiros moradores a tomar posse de terras na região, por volta de 1865. Com o crescimento do lugar, o povoado tornou-se distrito de paz em 1877, passando a se chamar "Distrito de Pirapetinga", submetido administrativamente ao município de Manhuaçu, um dos maiores da região (Lei Provincial 2.407 de 1877).

O desenvolvimento foi lento, mas tomou grande impulso com a chegada da Ferrovia Leopoldina, em 1914, fato que atraiu várias pessoas, como comerciantes de café<sup>2</sup>, investidores, profissionais liberais, varejistas, entre outros, que abriram no distrito diversos empreendimentos, como armazéns de café, agências bancárias, escritórios, consultórios e pequenos estabelecimentos comerciais (SENA; SILVA, 2014, p. 31; BARBOSA, 2009, p. 64-70; BOTELHO, 2011a, p. 69-77).

Por esse período, o nome oficial "Pirapetinga" foi, aos poucos, abandonado em favor de um nome novo, "Manhumirim", que figurou inclusive na parede da estação local. O distrito tornou-se um grande centro produtor e distribuidor de café e, junto com a independência econômica, um grupo de moradores de destaque local passou a lutar pela emancipação política, o que ocorreu em 1923, pela Lei Estadual 843. Assim, Manhumirim alçou à categoria de cidade, formada por três distritos: Sede (Manhumirim, antiga Pirapetinga), Presidente Soares (atual município de Alto Jequitibá) e Dores do José Pedro (atual município de Durandé) (BOTELHO, 2011a, p. 97-114; BARBOSA, 2009, p. 60; LEITE, 2006, p. 59).

---

<sup>2</sup> Manhumirim, desde seus primórdios, possuía uma relação íntima com a produção de café. As primeiras famílias a ocuparem a região no século XIX se dedicaram à extração de madeira e ao plantio de café. A produção local era transferida para a cidade de Carangola, por meio de tropas de mulas, de onde seguia para o Rio de Janeiro via *Leopoldina Railway*. Com a expansão dos trilhos até Manhumirim, a cidade, além da produção dos fazendeiros locais, passou também a receber a produção de cidades e distritos vizinhos, tornando-se um grande centro distribuidor dos produtos, abrigo um grande número de armazéns e empresas exportadoras (SENA; SILVA, 2014, p. 29-33).

Na época, adotava-se o “regime de câmaras municipais”. Dessa forma, o presidente da câmara possuía poderes legislativos, na qualidade de vereador, mas também executivos, como se fosse um prefeito (MINAS GERAIS, 1891, Art. 17, II). O primeiro presidente da câmara foi o Dr. Alfredo Soares Lima que, valendo-se do prestígio e do apoio dos munícipes e fazendo uso dos recursos oriundos do café, dotou o município recém-criado de rede de infraestrutura – praças e ruas pavimentadas, melhorias na distribuição da rede elétrica, construção de escolas, aberturas de estradas que interligavam os distritos e municípios vizinhos –, medidas estas continuadas por seu sucessor, Cel. Manoel Nunes da Rosa. Todo esse investimento somado às construções monumentais realizadas por um missionário belga, padre Júlio Maria de Lombaerde, a partir de 1928, proporcionou ao lugar um progresso contínuo, rendendo-lhe o apelido de “cidade dínamo” (BARBOSA, 2009, p. 71-72; BOTELHO, 2011b, p. 127-128).<sup>3</sup>

### **A chegada do padre Júlio Maria de Lombaerde e a divisão política de Manhumirim**

Dr. Alfredo Lima, membro do Partido Republicano Mineiro, chefou o município de 1924 a 1928, quando foi reeleito para um segundo mandato (1928-1930/32). Em meados de 1928, um novo personagem chegou em Manhumirim: padre Júlio Maria, missionário de origem belga que atuava, no Brasil, em diversos estados do norte e nordeste, desde 1912. Nessas regiões, destacou-se não só no desempenho das atividades religiosas como pároco, mas também como escritor de artigos e livros teológicos e por causar polêmicas, via imprensa, com protestantes e maçons.

A convite de D. Carlotto Távora, bispo da Diocese de Caratinga, padre Júlio Maria transferiu-se para Manhumirim, local onde viveu por 16 anos, vindo a falecer em acidente automobilístico, em 1944. No pequeno município mineiro tornou-se notável por atividades empreendedoras que fomentaram o progresso local e regional, entre elas: construções de igrejas, de hospital, de asilo e de educandários; criação de ordens religiosas, e fundação de um jornal católico que alcançou grande circulação. Enfim, tais

---

<sup>3</sup> Nas décadas de 1930 e 1940, uma série de artigos honrosos foram publicados em alguns jornais por viajantes que, ao passarem por Manhumirim, descreveram em seus textos o contínuo progresso local, dando pormenores da vida econômica, cultural, administrativa e religiosa do município. Em tais artigos, várias personalidades locais recebiam elogios, destacando-se, entre os homenageados, Dr. Alfredo Lima, Cel. Manoel Nunes da Rosa e o padre Júlio Maria. Nos títulos dos artigos, Manhumirim era apelidada de “Cidade Dínamo da Mata” e de “Cidade de Progresso”, alcunhas que foram incorporadas ao imaginário local e, de forma saudosa, vez ou outra são resgatadas em manifestações populares locais, como nos tradicionais desfiles de 16 de março, aniversário de emancipação da cidade. A título de exemplo, esses apelidos nortearam as comemorações de 16/03/1974, aniversário de 50 anos, e de 16/03/2004, aniversário de 80 anos (*Manhumirim*, 1937, n. 571; *Manhumirim*, 1942, n. 813; *O Lutador*, 1941, n. 16; BOTELHO, 2011b, p. 169; LEITE, 2006, p. 19).

empreendimentos tornaram o pároco um personagem lendário, visto que estas obras foram realizadas, em sua maior parte, em um período de forte recessão econômica que abalou todo o país – anos 1930 – e que atingiu o bastião da economia local - o café (SIMÕES, 2008, p. 17-19; SOARES, 2009, p. 89-90).<sup>4</sup>

De início, padre Júlio Maria conquistou um amplo apoio das lideranças da cidade, como vereadores, delegado, juiz e até do presidente da Câmara, Dr. Alfredo Lima. Tais autoridades participavam, junto com suas famílias, das cerimônias católicas (missas, procissões, coroações), ocupavam postos de destaque das diversas associações católicas criadas pelo padre, como a Liga Católica que reunia a elite masculina de Manhumirim, e auxiliavam com donativos as obras do pároco, como a suntuosa Igreja Matriz e o imponente Colégio Santa Teresinha, localizado em terreno próximo à estação ferroviária (*O Lutador*, 1929, n. 11; *O Lutador*, 1929, n. 21; *O Lutador*, 1929, n. 23).

Todavia, esse relacionamento promissor sofreu um precoce desgaste que dividiu as forças políticas, sociais e econômicas de Manhumirim em dois grupos fortes e antagônicos. Um desses grupos, composto pela maioria das autoridades do lugar, foi liderado pelo Dr. Alfredo Lima. O outro grupo, formado por ricos dissidentes do grupo original, passou a ser conduzido pelo padre Júlio Maria de Lombaerde, representante de uma linha de ação adotada pela Igreja Católica, conhecida como “Restauração Católica”, que preconizava, entre outros ideais, um cristianismo integral, militante e combativo (JUNIOR, 2018, p. 16-17; SOARES, 2009, p. 27; SIMÕES, 2008, p. 34).<sup>5</sup>

Imbuído desses ideais, padre Júlio Maria implementou em Manhumirim um catolicismo militante e passou a combater o protestantismo, sobretudo o presbiteriano, historicamente implantado no distrito de Jequitibá por ricos fazendeiros de café, descendentes de alemães luteranos, oriundos de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, que vieram para a região na segunda metade do século XIX. O presbiterianismo estava

---

<sup>4</sup> Manhumirim tornou-se, como já apontamos, nas primeiras décadas do século XX, um dos maiores produtores de café da Zona da Mata. Em artigo intitulado “O problema do café”, publicado no *Correio da Manhã* (edição 10730, de 20/12/1929), somos informados que a produção e exportação de Manhumirim em 1928 foi de 203.000 sacas. Da mesma forma que o município sentia os efeitos positivos da produção, que alavancavam o seu crescimento econômico – de modo a fazer jus ao apelido de “cidade dínamo da Zona da Mata” – também sofria com os períodos de crise, representados pela baixa dos preços, e com as medidas governamentais relacionadas à suspensão de embarques, o corte de lavouras e a incineração do produto (*Correio da Manhã*, n. 11815, 09/06/1933; n. 12061, 24/03/1934). Como exemplo, somente em 1938, o Departamento Nacional de Café fiscalizou, durante 62 dias de trabalho, a queima de 105.254 sacas da produção local (*Manhumirim*, n. 631, 03/07/1938).

<sup>5</sup> Nesse período, década de 1920-1930, a Igreja Católica adotava um conjunto de diretrizes que, além de uma reaproximação com o Estado, propunha um programa de “re Cristianização” da sociedade. Uma das facetas desse programa cobrava uma atitude mais militante dos fiéis e das autoridades eclesiais. A Igreja no Brasil, submetida aos direcionamentos da Santa Sé, passou a lutar contra a laicidade do Estado e contra os “inimigos da fé católica”, como maçons, espíritas e, em especial, os protestantes que, instalados no Brasil desde o século XIX, expandiram-se por diversas regiões e, com a liberdade religiosa implantada na República, passaram a disputar espaço com o catolicismo não só na esfera religiosa, mas também na educacional (AZZI, 1977, p. 75-76; SOARES, 2009, p. 33).



bem estabelecido, possuía templos imponentes e um famoso Ginásio, que atraía alunos e alunas de diversas partes do Brasil. Além disso, presbiterianos ocupavam cargos públicos (vereadores, Correio, subdelegados, professoras), mantinham um bom relacionamento com as lideranças políticas locais e alguns eram notáveis fazendeiros e ricos comerciantes (SATHLER, 1991, 56-77).<sup>6</sup>

O acirramento do embate travado contra o protestantismo colocou o padre e o prefeito em lados opostos, pois o sacerdote passou a acusar Dr. Alfredo Lima de favorecer e prestigiar eventos e instituições protestantes, como o Ginásio Evangélico de Jequitibá, que fazia concorrência direta ao Colégio e depois Escola Normal Santa Teresinha, construído pelo sacerdote no distrito sede. Os atritos se tornavam públicos, pois o padre, os pastores e as autoridades municipais confrontavam-se por meio de artigos polêmicos nos jornais da cidade: *Jequitibá*, *Manhumirim* e *O Lutador*.

Entre 1929 e 1930, as relações se deterioraram ainda mais, pois uma importante instituição, a Maçonaria, que reunia a elite econômica e política de Manhumirim, também passou a confrontar o padre que, de início, mantinha um relacionamento bem próximo com os maçons locais, de forma que muitos participavam das celebrações e festas religiosas católicas, listavam-se entre os diretores da Liga Católica e até lideravam importantes comissões relativas a diversas construções católicas, como a da Igreja Matriz e a do Colégio Santa Teresinha.<sup>7</sup> No entanto, o início da construção da Loja Maçônica em terreno próximo à Matriz não foi aceito pelo vigário, principalmente porque, conforme se averiguou, parte das terras foram invadidas, ou seja, pertenciam à Igreja (*Livro de Tombo*, 1931, folha 13, verso).

O caso rendeu ásperas trocas de acusações nas páginas de *O Lutador* e de *Manhumirim*, foi judicializado e, por fim, a Maçonaria desistiu da construção e vendeu

---

<sup>6</sup> Jequitibá era o centro irradiador do protestantismo na região. A Igreja presbiteriana, oficialmente implantada lá em 1902, pode ser considerada a "Igreja Mãe" de uma dezena de outras igrejas e congregações espalhadas na Zona da Mata Mineira, desenvolvendo trabalhos pastorais até em Caratinga, sede do bispado, e também por regiões do Espírito Santo, localizadas na divisa com Minas Gerais, como Irupí, Iúna, Guaçuí, São José do Calçado, entre outras. Sua importância simbólica era tamanha que católicos e protestantes consideravam Jequitibá como "fortaleza do protestantismo" (*Relatório Anual da Igreja Presbiteriana de Alto Jequitibá*, 1928; *O Lutador*, 1929, n. 28).

<sup>7</sup> A presença de integrantes da maçonaria na região de Manhumirim data de 1898, ano em que moradores do então distrito de Bom Jesus de Pirapetinga se tornaram membros da Loja Maçônica do município sede, Manhuaçu. A loja Maçônica de Manhumirim *Propter Humanitatem* foi fundada e instalada em 1921, reunindo as pessoas mais importantes da política e da economia local. No momento da chegada do padre Júlio Maria a Manhumirim, a Maçonaria contava com cerca de 127 membros (*Livro de Tombo*, 1931, folha 13 frente). O relacionamento inicial foi promissor, de forma que maçons importantes, como Pedro Nolasco, José Porcino, Manoel Manduca, Dr. Alfredo Lima, Dr. Cacequinho de Carvalho, Olímpio Teixeira, entre outros, aparecem nos números iniciais do *O Lutador* como pessoas bem próximas ao padre Júlio Maria de Lombaerde. Alguns deles estão listados entre diretores da Liga Católica, membros da Comissão de Construção do Colégio Santa Teresinha, e doadores de material de construção para a Igreja Matriz (ladrilhos). Além disso, faziam propaganda de seus estabelecimentos comerciais nas páginas de anúncio do jornal e suas filhas coroavam a Virgem no Mês de Maio (*O Lutador*, 1929, n. 11; n. 21; n. 22; n. 23; *Manhumirim*, 1938, n. 634).

o prédio iniciado para a Câmara Municipal, o que deu uma sobrevida à disputa, pois iniciou uma extensa e desgastante batalha jurídica, com várias reviravoltas, até a vitória final da Igreja, nos anos 1950 (MIRANDA, 1957, p. 337-338; BOTELHO, 2011b, p. 287-289; CAVALIERI, 2002, p. 136).

Após esse confronto, os maçons e os presbiterianos que, em Manhumirim, possuíam uma histórica relação de apoio ficaram ainda mais próximos.<sup>8</sup> O vigário passou a atacar com pesadas críticas, via artigos de *O Lutador*, os maçons da cidade que ocupavam importantes cargos administrativos e policiais. O pároco colocou em prática também as diretrizes da Igreja Católica no tocante à Maçonaria e começou a proibir que maçons tomassem parte dos sacramentos católicos e que participassem das comissões da Igreja e da Liga Católica. Enfim, exigia-se dos fiéis uma definição: ou maçom ou católico.

Nesse contexto, parte da elite social e política, como a Família Rabello, liderada pelos irmãos Narciso e Júlio, rompeu com a maçonaria e conseqüentemente com seus antigos aliados políticos e tornou-se o “braço direito” dos empreendimentos do padre. Outro grupo, de igual influência na cidade, continuou na Maçonaria e, para esses, o padre tornou-se “*persona non grata*”.

## A Revolução de 30 na região do Caparaó

Manhumirim passava por um momento conturbado, conforme demonstramos: uma luta político-religiosa dividia a elite da cidade em um confronto que se tornava público ou publicizado pelos artigos propalados pelos envolvidos nos jornais locais. Para além desse rearranjo político, uma forte crise econômica abalava toda a região, pois atingia o café, sustentáculo da economia manhumirense, derrubando os preços dos produtos e levando à falência famílias de destaque na cidade.

---

<sup>8</sup> O contato dos presbiterianos com a Maçonaria local extrapolava a linha do convívio, pois, em Manhumirim, o bom relacionamento dos dois grupos possuía um passado histórico consolidado, remontava à implantação do protestantismo na região, época em que sofreram grandes ameaças, até de expulsão, e que foram amparados pela Maçonaria (LIRA, 1947, p. 258-259; LEONARD, 1981, p. 149; RIBEIRO, 1991, p. 131-132). Em diversas passagens, padre Júlio Maria apontava a associação entre protestantes e maçons e relatava que muitos protestantes pertenciam de fato à maçonaria, o que pode ser comprovado com personagens que se repetem ao compararmos nomes de protestantes constantes no rol de membros das igrejas de Alto Jequitibá e de Manhumirim com nomes de maçons publicados em artigos da maçonaria no jornal *Manhumirim*. Além do envolvimento direto, de pertencer à maçonaria, também existiam apoios indiretos, maçons publicavam no jornal *Jequitibá*, controlado pelos presbiterianos, enviavam suas filhas para estudarem no Ginásio Evangélico, pastores protestantes participavam e discursavam em festividades da Loja Maçônica e a banda evangélica tocava nesses eventos.



Em nível nacional, a situação não era das melhores, pois a forte crise econômica iniciada em 1929 fragilizava o poder instituído e a coesão das oligarquias tradicionais. A disputa eleitoral entre o paulista Júlio Prestes e o gaúcho Getúlio Vargas era acirrada e movimentava os brasileiros. Em Minas Gerais, estado presidido por Antônio Carlos de Andrada, um dos expoentes da Aliança Liberal, a campanha foi muito forte. Na Zona da Mata, mais especificamente na região do Caparaó, a adesão dos chefes políticos locais ao movimento aliancista e à campanha de Getúlio Vargas foi ampla: em diversas cidades ocorreram comícios, passeatas e discursos de apoio (BARBOSA, 2009, p. 77; SOUZA, 1990, p. 216-218).

Contudo, Getúlio Vargas foi derrotado em março de 1930, após demorada apuração dos votos e uma série de acusações sobre fraudes. O descontentamento foi grande, mas poucos meses depois, via movimento armado, o presidente em final de mandato Washington Luís seria deposto e Vargas tomaria o poder (FERREIRA; SÁ PINTO, 2008, p. 403-411).

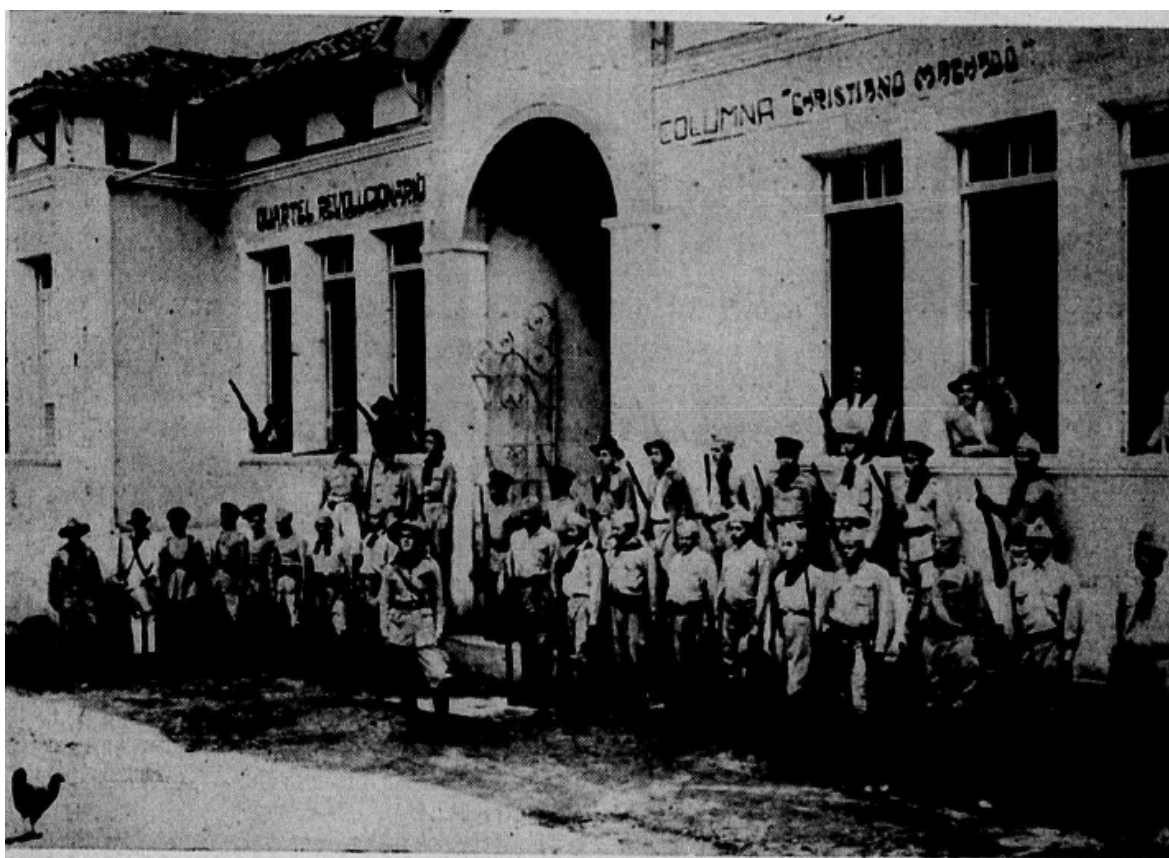
A Serra do Caparaó, no contexto da Revolução de 30, possuía uma singularidade: o fato de estar localizada entre os Estados do Espírito Santo, contrário à Revolução, e Minas Gerais, com lideranças amplamente favoráveis, como Antônio Carlos até setembro de 1930 e, daí em diante, sob o governo de Olegário Maciel, o que tornava a região estratégica. Manhumirim, localizado na fronteira, foi escolhido como um dos pontos de infiltração dos revolucionários no Estado tido por inimigo.

Da região da Zona da Mata Mineira partiram quatro colunas invasoras. A mais famosa delas foi a "Coluna Amaral", comandada por Otávio Campos do Amaral, que adentrou o Espírito Santo via leito da estrada de ferro Vitória-Minas e chegou à capital Vitória. Outro grupo, liderado pelo capitão Joaquim Magalhães Barata, partiu da região de Carangola que, na época, era limítrofe a Manhumirim e dominou parte da região sul do Espírito Santo, controlando cidades, como Guaçuí, Alegre, Castelo e Cachoeiro de Itapemirim. Uma terceira coluna, liderada por João Calhau, partiu de Ipanema, município que, na época, também fazia divisa com Manhumirim e marchou por alguns municípios capixabas, como Afonso Claudio, Itaguaçu e Santa Teresa. Por fim, temos a Coluna de Manhumirim, que atravessou os distritos/cidades capixabas do Príncipe, Pequiá, Lúna e, de lá, prosseguiu para Muniz Freire, Castelo e Cachoeiro de Itapemirim (ACHIAMÉ, 2005, p. 107-112; BARBOSA, 2009, p. 79-80; BOTELHO, 2011b, p. 88-89).

Em Manhumirim, foi formado um Comitê Revolucionário presidido pelo prefeito Dr. Alfredo Lima e liderado por José Porcino, secretário da câmara, que assumiu a função de Delegado Revolucionário. Diversas pessoas de destaque de Manhumirim e de cidades vizinhas, como Manhuaçu, compuseram a coluna, dentre elas: Dr. Vasco Soares de Moura, Joaquim Cabral, João Bracks, Jorge José Duaier, Barnabé Alves, Acácio Horst, Manoel Manduca, Alvim Teixeira de Arruda, Antônio Lamy de Miranda, entre

outras. Padre Júlio Maria, ao tratar do acontecimento, informou que a coluna local foi composta por forças combinadas de Manhumirim e de Manhuaçu, sendo que o contingente manhumiriense era de 50 homens (*O Lutador*, 1930, n. 99; *Boletim*, 1930; NETO, 2004, p. 47-52, BOTELHO, 2011b, p. 89). O grupo manhumiriense recebeu o nome de Coluna Cristiano Machado (Figura 1), em homenagem ao então Secretário de Segurança do Estado, Cristiano Monteiro Machado.

**Figura 1** - Coluna Revolucionária de Manhumirim



Fonte: *Vida Capixaba*, n. 262, fev. 1931.

O grupo da Coluna Cristiano Machado, formado por cerca de 124 homens, deixou Manhumirim na noite do dia 14 de outubro de 1930 rumo ao Espírito Santo, em caminhões e jipes, portando algumas armas e o tradicional lenço vermelho ao pescoço. Como a força policial do Estado vizinho, em sua maioria, havia deixado seus postos para defender a capital, Vitória, a infiltração deu-se sem grande resistência. Assim, passaram por Pequiá, Irupi e Lúna, de lá ocuparam Muniz Freire e Castelo. Em Lúna, Joaquim Cabral, funcionário da Câmara de Manhumirim, por conhecer bem a região e seus moradores, foi nomeado, pelo comando local, o interventor da cidade (BARBOSA, 2009, p. 80; NETO, 2004, p. 47-52).

Menos de um mês depois da “invasão”, a vitória da revolução foi confirmada. Em Manhumirim, o evento foi festejado com uma grande passeata que reuniu milhares de pessoas e terminou com discursos entusiasmados na Praça da Estação (BOTELHO, 2011b, p. 89). Se a invasão ao território capixaba se mostrou relativamente pacífica,<sup>9</sup> em Manhumirim, os dois grupos políticos que se digladiavam pelo poder local se valeram cada qual a sua maneira desse momento conturbado para explorar a situação em benefício próprio, seja pelo uso da força física para intimidar os adversários locais, seja pela prática de manobras políticas que acarretaram na deposição do presidente da Câmara.

### **A polêmica político-religiosa manhumiriense e a Revolução de 30**

A situação político-religiosa em Manhumirim era instável: o conflito entre católicos e protestantes teve início em maio de 1928, quando pastores protestantes espalharam pela cidade um panfleto desafiando publicamente o padre Júlio Maria a responder sobre questões dogmáticas e doutrinárias aceitas por católicos e questionadas por presbiterianos. O padre entendeu o ato como uma provocação e respondeu, via artigos publicados no jornal *Manhumirim*, iniciando uma polêmica com o pastor presbiteriano Júlio Camargo Nogueira, que passou a se valer do mesmo periódico para réplicas e tréplicas. Para conseguir mais espaço para suas argumentações/acusações, o pároco fundou, em novembro de 1928, um jornal próprio, *O Lutador*, que doravante foi o canal utilizado para atacar o protestantismo local.

Em julho de 1930, quatro pastores presbiterianos espalharam convites pelas ruas da cidade, convidando os manhumirienses a participarem de seu culto. Em represália à propaganda proselitista protestante, o padre Júlio Maria de Lombaerde, pelas páginas de *O Lutador*, convidou os reverendos e a população em geral a participarem de uma Conferência Pública, na qual o público presente definiria o vencedor do debate teológico. Tal encontro deveria ocorrer na Praça da Estação da cidade e, por duas vezes, dia 07 e dia 10 de julho, o sacerdote reuniu cerca de dois mil apoiadores na praça para aguardar os pastores que, precavidos, não compareceram ao evento (*O Lutador*, 1930, n. 87).

---

<sup>9</sup> Apesar de não ter existido confrontos, um capitão revolucionário, Agostinho Couto do Valle, oriundo de Manhumirim, que teve participação ativa no processo, acusou, pelas páginas do *Correio da Manhã*, que ocorreu um certo desvirtuamento da causa, pois, durante a invasão ao município de Lúna, mais especificamente no dia 15 de outubro, enquanto o contingente aguardava para se deslocar para outras cidades, chefes da coluna invadiram um cartório para furtar um processo criminal de um “jagunço” do vice-presidente da câmara, Manoel Manduca, e, dessa forma, tentar livrá-lo das penas previstas (*Correio da Manhã*, 1931, edição 11102).

Temerosos que a situação saísse de controle e debandasse para atos de violência contra os protestantes que tinham o direito legal de se valer de um espaço público, como ruas e praças, para atos proselitistas, as autoridades administrativas e polícias do município, boa parte ligada à maçonaria, solicitaram reforços das cidades vizinhas, Manhuaçu e Carangola, no intuito de impedir a reunião dos católicos na Praça da Estação. Contudo, devido ao grande número de fiéis que atenderam à convocação do padre, o impedimento foi abortado. Assim, milhares de católicos se reuniram na praça e, em discurso realizado no meio da multidão, o sacerdote questionou as ações das autoridades de tentar reprimir o movimento, chamando-os de "caluniadores" e "desordeiros" e, em manifestação de apoio, recebeu "um trovão de vivas e palmas" da multidão (*O Lutador*, 1930, n. 87).

Não satisfeito, pouco tempo depois do ocorrido, padre Júlio Maria publicou um extenso e polêmico artigo, intitulado "*Grande Revolução em Manhumirim*", ridicularizando por meio de "frágeis" apelidos que, de tão próximos aos nomes dos quais se originavam, em nada protegiam os citados, não só pastores protestantes, mas autoridades municipais, como o presidente da câmara, Dr. Alfredo Lima, o delegado de polícia de Manhumirim, Pedro Nolasco ("*Pêto Lasco*"), seu irmão Mário Nolasco ("*Mano Lasco*"), o vice-presidente da Câmara, Manoel Nunes da Rosa, conhecido como Manoel Manduca ("*Mané Mandioca*"), o subdelegado Alvim ("*delegadinho*"), vereadores, como Dr. João Flaviano Cacequinho de Carvalho ("*Dr. Casaquinha*") e conselheiros municipais, como José Martins ("*Zé Merdins*"), expondo-os ao escárnio da população da cidade e dos leitores do jornal, cuja tiragem semanal, na ocasião, era de 2.400 exemplares (*O Lutador*, 1930, n. 87).

O polêmico artigo, já no dia de sua publicação, deu início a uma série de atos violentos praticados contra o vigário e seus apoiadores. Um desses atos foi uma tentativa de agressão realizada por um grupo de homens liderados pelo presidente da Câmara, que deveria confrontar o vigário, na estação de Manhumirim, assim que ele retornasse do distrito Jequitibá, onde estava prestando assistência religiosa. Contudo, na confusão, o padre desembarcou do lado oposto da estação e seguiu para o Colégio Santa Teresinha, frustrando seus opositores que foram à Casa Paroquial procurá-lo e, não encontrando, acabaram agredindo um dos seminaristas que se recusou a indicar o paradeiro do vigário. Ao descobrirem que o padre se encontrava no Colégio, o grupo rumou para o local e, após muita insistência e impropérios, o padre recebeu o mandatário para uma reunião, que se estendeu até tarde da noite. Nessa reunião, o padre foi ameaçado verbalmente pelo Dr. Alfredo Lima que, na concepção do sacerdote, dava sinais de estar embriagado (*Livro de Tombo*, 1931, folha 14, frente; MIRANDA, 1957, p. 306-310).

Com o início da Revolução, em outubro de 1930, a polícia local foi convocada para integrar as forças revolucionárias e a cidade ficou sem proteção. Para suprir essa

necessidade, Dr. Alfredo Lima contratou um grupo de pessoas de sua confiança, sendo que boa parte desse grupo compunha o Comitê Revolucionário local. Dessa forma, o presidente da Câmara passou a controlar, por alguns meses, o poder de polícia na localidade. Nesse período de indefinição administrativa e policial, o padre Júlio Maria e seus apoiadores diretos sofreram duras represálias.

No dia 23 de outubro de 1930, o vigário de Manhumirim recebeu do Delegado de Polícia Revolucionário a seguinte requisição:

Comando Revolucionário do Estado de Minas Gerais. Comitê Revolucionário de Manhumirim. Ilmo. Sr. Padre Júlio Maria. Manhumirim. Estando V.S. infringindo as leis revolucionárias, publicando boletins sobre a Revolução, sem ordem deste comando, dando notícias muitas vezes mentirosas, venho requisitar-vos a tipografia, a fim de que possamos dar ao público notícias por meio de boletins, mas recebidos e mandados publicar por ordem do Comando Geral Revolucionário. Saudações. José Teixeira Porcino. Delegado Revolucionário (PORCINO, 1930).

O jornal *O Lutador* foi ocupado no dia posterior, e os invasores, além de danificarem algumas imagens de santos, agrediram fisicamente e ameaçaram de morte um sacerdote que questionou a invasão (MIRANDA, 1957, p. 314-315; BOTELHO, 2011b, p. 92; BARBOSA, 2009, 95-96). O padre Júlio Maria relatou o ocorrido em diversos artigos em *O Lutador*,

Na hora do triunfo da Revolução, um bando de capangas armados invadiram a casa, a capela, e a tipografia do vigário, empastelaram os tipos, quebraram as máquinas e carregaram-nas para a cadeia, queimaram jornais e papeis, porque *O Lutador* dava semanalmente as notícias certas do movimento revolucionário e em favor da Revolução, o que contrariou os falsos revolucionários de Manhumirim, chefiados por elementos perturbadores da paz (*O Lutador*, 1931, n. 146).

Em outra edição, o padre Júlio Maria acusa diretamente a Maçonaria local de fomentar o ataque:

Em 24 de outubro, a 1 hora da tarde, por ordem da Maçonaria, um bando de capangas armados invadiram a Tipografia e a casa do *Lutador* e violou a Capela do Bom Jesus, ameaçando matar a carabina, um dos padres presentes. Nesta hora empastelaram os tipos, quebraram as máquinas e carregaram-nas para a cadeia pública, onde ficaram jogadas no chão durante perto de 2 meses (*O Lutador*, 1931, n. 147).



Já no *Livro de Tombo*, documento de circulação mais restrita, afinal tratava-se de um relatório interno da igreja local, padre Júlio Maria acusa nominalmente as autoridades. O pároco julgava-as de estarem envolvidas no empastelamento, segundo ele, ato praticado por capangas chefiados por “José Porcino e Alvim, sempre sob as ordens de Dr. Alfredo Lima, Manoel Manduca e Pedro Nolasco” (*Livro de Tombo*, 1931, folha 13 verso e folha 14 frente). Cabe ressaltar que todos os nomes apontados pelo padre listam entre os que foram ridicularizados por ele, meses antes, pelas páginas de *O Lutador*, no contexto das Conferências Públicas na Praça da Estação.

Poucos autores se debruçaram sobre os acontecimentos da Revolução de 30 em Manhumirim: dois deles, ligados diretamente ao lado católico da querela, padre Demerval Botelho (2011b) e bispo Antônio Miranda (1957), enaltecem em suas obras a figura heroica do vigário como alvo de uma perseguição injusta por cumprir seu papel jornalístico. Já um terceiro autor, Vivaldo Barbosa, ao tratar do assunto, baseou-se em boa parte nas narrativas dos líderes políticos e maçons de Manhumirim e, portanto, argumenta que o principal fato motivador dos atos repressivos foi o padre Júlio Maria não ter aceitado a Revolução (BARBOSA, 2009, p. 95).

Apesar de discordarmos da versão heroicizada construída pelos autores “filhos espirituais” do padre Júlio Maria, pois, conforme requisição emitida pelo Delegado de Polícia Revolucionário, constata-se que o vigário desobedeceu a uma diretriz imposta na cidade, que impedia que fossem veiculadas notícias da Revolução, também questionamos a alegação de que o padre não a tenha apoiado e/ou aceitado, tese que pode ser desconstruída com uma análise nas edições de *O Lutador*, entre setembro e outubro de 1929: nos números 44 (*O Momento Político*), 45 (*As Candidaturas Presidenciais*) e 47 (*Alistai-vos*), foram publicados uma série de artigos de apoio a Getúlio Vargas e à Aliança Liberal, convocando a população a se alistar para votar em Vargas.

O apoio já demonstrado no período de campanha eleitoral permaneceu durante a Revolução, através de uma série de artigos favoráveis ao acontecimento publicados em *O Lutador*. No primeiro deles, intitulado *Revolução*, datado de 12 de outubro de 1930, o articulista solicitava informações dos seus correspondentes e pedia “ao nosso bom povo de Manhumirim a máxima calma, a união perfeita e obediência às autoridades encarregadas do policiamento” (*O Lutador*, 1930, n. 98).

Uma semana depois, agora já bem munido de informações oriundas de Carangola, padre Júlio Maria dedicou uma edição inteira para tratar da *Grande Revolução*, dando pormenores dos acontecimentos em diversas partes do Brasil e também dos acontecimentos regionais, informando sobre as Colunas Barata, que partiu de Carangola, e Cristiano Machado, composta por um contingente de homens “destemidos” que rumaram para o Espírito Santo (*O Lutador*, 1930, n. 99).



Entre essa última edição, que veio a lume em 19 de outubro de 1930, e a tomada do jornal, em 24 de outubro de 1930, foi publicado um *Boletim* especial, um caderno separado inteiramente dedicado à Revolução de 30. Nele foi descrita a tomada do Rio Pardo (Lúna) pelas forças locais:

Por ordem do Capitão Barata, foi tomado o município de Rio Pardo pelas forças combinadas de Manhumirim e Manhauçu, recrutadas e organizadas pelo valente e dedicado Capitão Machado, que confiou a direção aos Srs. José Porcino, Barnabé Alves e Acácio Horst, todos três souberam executar com dedicação o mandato. [...]. Aqui em Manhumirim tudo continua calmo, não tendo havido nenhuma luta, nem sequer para tomar conta da coletoria ou outras repartições federais, que continuam em paz nas mãos dos seus dirigentes (*Boletim do O Lutador*, 1930).

Na redação desses artigos, o pároco mostrou-se cauteloso. Entendia o momento como delicado. Nos artigos, pedia união, obediência e até elogiava autoridades, sendo que grande parte delas era adversária. Contudo, uma pequena *nota*, publicada no *Boletim*, pode ser apontada como motivadora para o empastelamento do jornal. Nela, o vigário mencionou que "Muitos municípios fazem imprimir boletins diários no nobre intuito de informar a população da marcha triunfal da Aliança... aqui infelizmente estamos quase sempre sem notícias. Por que tantos segredos? Somos ou não da Aliança?" (*Boletim do O Lutador*, 1930).

Além de reclamar sobre o exacerbado controle das informações, padre Júlio Maria colocou em xeque a identidade revolucionária das lideranças municipais. Tal descrença, por certo, soou entre seus adversários como uma afronta, e a resposta foi tomar o periódico. Assim, apontamos que o jornal foi empastelado, não por seu fundador ser contrário à Revolução, conforme demonstramos pelos artigos favoráveis antes e durante o acontecimento, mas devido a atritos anteriores que dividiam a cidade em facções opostas, e o grupo que estava no poder aproveitou a oportunidade para silenciar um jornal que há muito os incomodava.

### **O aumento da escalada da violência e a substituição do presidente da Câmara**

Os atos de violência continuaram. Boletins anônimos e cartazes com textos depreciativos foram espalhados pela cidade com o objetivo de fragilizar a imagem pública do padre Júlio Maria e de suas instituições, como o Seminário Apostólico e o Colégio Santa Terezinha, que chegou a sofrer depredações (MIRANDA, 1957, p. 316-

320). Em 07 de dezembro de 1930, ocorreu um tiroteio na Igreja, mas a motivação não chegou a ser apurada oficialmente. Contudo, na concepção do padre Júlio Maria, tratou-se de um atentado que ocorreu da seguinte forma:

Durante a missa paroquial, um bando de capangas cercaram a igreja [...]. Deviam matar um católico à porta da Igreja, e o povo saindo para acudir o ferido ou morto, ficando o padre só, um assassino escondido no meio do povo, devia mata-lo no Altar. [...]. Começou o tiroteio, a bala falhou e o povo em vez de sair da igreja, juntou-se em massa ao redor do altar, protegendo o vigário ameaçado, que ali ficou paramentado, esperando com calma o resultado dos acontecimentos, até católicos armados afastarem os assassinos. (*O Lutador*, 1931, n. 147).

O caso não teve desfecho. No confronto, o Sr. Júlio Rabello, partidário do padre e um dos alvos, revidou os disparos, mas também não atingiu seus alvos. Após a troca de tiros, os supostos impetrantes fugiram do local. Católicos armados arregimentados pelo Sr. Júlio Rabello cercaram a Igreja e parte do grupo subiu na torre e ficou vigilante até o cair da tarde, quando um policiamento oriundo da cidade vizinha, Manhuaçu, veio ajudar a resolver a situação (MIRANDA, 1957, p. 323).

Os mandantes não foram oficialmente identificados, todavia, no *Livro de Tombo* e em anotações realizadas em um *Caderno* pessoal, padre Júlio Maria apontou o envolvimento de lideranças do Comitê Revolucionário local. Acusações similares a do sacerdote também foram feitas em artigos publicados no *Estado de Minas* e no *Correio da Manhã*, por Agostinho Couto Valle, professor e capitão revolucionário, apoiador do padre Júlio Maria (*Livro de Tombo*, 1931, folha 14 frente; *Caderno de Anotações*, 1930; *Correio da Manhã*, 1930, edição 11043; 11047; 1931, edição 11102; edição 11168).

Com o aumento das agressões, o vigário recorreu ao seu amigo e chefe imediato, bispo D. Carloto Távora, no intuito de reverter ou controlar a situação. Apoiado pelo prelado, procurou o ex-presidente de Minas e do Brasil, então chefe do P. R. M., Arthur Bernardes, para que esse recomendasse ao atual presidente mineiro, Olegário Maciel, a remoção do Dr. Alfredo Lima da direção do município de Manhumirim (MIRANDA, 1957, p. 328).

A movimentação foi rápida, pois, em 12 de dezembro de 1930, um articulista anônimo relatou pelo *Correio da Manhã* que o regime revolucionário estava fazendo uma ampla reforma política na Zona da Mata, e citou uma dezena de cidades nas quais os presidentes das câmaras municipais estavam sendo substituídos por prefeitos-interventores, nomeados pelo presidente do Estado. Ao tratar de Manhumirim, apontou que “está projetada a destituição do Sr. Alfredo Lima, para se entregar o município a

um genro do conhecido coronel Calhau, chefe de capangas" (*Correio da Manhã*, 1930, edição 11037).

O coronel Calhau, chefe político do município vizinho, Ipanema, conforme já mencionamos, chegou a formar e liderar uma Coluna invasora ao Espírito Santo. Seu genro, o Sr. Júlio Rabello, foi um dos envolvidos no tiroteio ocorrido na porta da Igreja Matriz. Em Manhumirim, os irmãos Rabello, Júlio e Narciso, sobretudo o segundo, destacavam-se no apoio às medidas implementadas pelo padre Júlio Maria, a ponto de o sacerdote, o considerar "a alma, a mola motora" das obras de progresso na cidade (*O Lutador*, 1930, n. 94).

Em outra edição do *Correio da Manhã*, um bem informado contribuinte, após enaltecer a atuação de Dr. Alfredo Lima na condução de Manhumirim, teceu críticas a Arthur Bernardes, ao padre Júlio Maria e a Júlio Rabello. Ao descrever o contexto político do lugar, esse contribuinte afirmou que a cidade "está em pé de Guerra". Segundo ele,

Desde há tempo, porém, ocorre em Manhumirim uma divergência, acompanhada de hostilidades que chegam a perturbar a vida local, entre o padre vigário dali e elementos de influência naquela localidade. Essa luta veio assumir caráter político em vista da aliança que o mencionado sacerdote obteve de um dos elementos mais chegados ao senhor Alfredo Lima, e que com este rompeu – o sr. Júlio Rabello, comerciante ali e genro do conhecido coronel Calhau. Há pouco foram todos os dissidentes convocados a Viçosa e recebidos pelo Sr. Bernardes. Este, informado dos detalhes da questão e como notasse que o padre de Manhumirim estava amparado pelo Sr. bispo de Caratinga – D. Carloto Távora -, tio do general Juarez Távora, julgou a contenda contra o seu velho correligionário Sr. Alfredo Lima, dando seu apoio aos adversários deste e, pois, ao vigário interessado na disputa. [...]. Pretendeu desta sorte o Sr. Bernardes buscar motivos de aproximação com o general Távora, coisa em que está empenhadíssimo por evidente necessária aos seus interesses no momento. (*Correio da Manhã*, 1930, edição 11043).

Padre Júlio Maria, ao narrar os acontecimentos, colocou-se no papel de protagonista de uma estratégia vitoriosa,

De combinação com o Exmo. Sr. bispo D. Carloto tomei a frente de uma reação enérgica, e sem entrar diretamente no movimento político, organizei os elementos de valor, no fim de formar uma base política católica. Munido da recomendação de D. Carloto, [...], fui apresentar e expor o caso ao ilustre Dr. Arthur Bernardes, em Viçosa, que prometeu tomar as providências e destituir a política de Manhumirim. Assim foi feito: alcancei a nomeação de um chefe político católico: Sr. Narciso Rabello, a vinda de um prefeito católico, e de um tenente do exército

para manter a ordem. A política do Dr. Alfredo ficou deste modo derrubada [...]. A maçonaria desmantelou-se por completo, ficando reduzida à metade. [...]. A grande vitória está alcançada, falta agora aproveitá-la, e não deixar mais entrar no governo nenhum maçom, nem nenhum protestante (*Livro de Tombo*, 1931, folha 14, frente e verso).

De fato, a manobra política colocada em prática pelo padre Júlio Maria promoveu uma grande reviravolta e trouxe ao seu grupo de apoiadores resultados favoráveis. Narciso Rabello, e não seu irmão Júlio Rabello, foi escolhido como chefe político de Manhumirim, e diversas autoridades policiais e funcionários municipais foram removidos e substituídos por notáveis bem relacionados com o sacerdote (*O Lutador*, 1931, n. 101; n. 107; *Correio da Manhã*, 1931, edição 11064).

O novo prefeito-interventor, Dr. Nelson César, demonstrou apoio público aos católicos, ingressando nas fileiras da Liga Católica, aprovando subvenções para o colégio católico (até então apenas o Ginásio Evangélico do distrito de Jequitibá era beneficiário) e também por meio de doações públicas ou pessoais para as construções implementadas pelo padre (*O Lutador*, 1934, n. 64).

Todavia, as hostilidades persistiram. O grupo agora alijado do poder tentou abalar o prestígio do novo grupo situacionista e do padre Júlio Maria por meio de acusações diversas, como as de ingerência das novas autoridades políticas e o uso da violência pelas forças policiais, denúncias fundamentadas ou não, mas que eram publicadas em jornais de grande circulação e que, por certo, causavam instabilidade na administração recém-instalada (*Correio da Manhã*, 1931, edição 11054; 11071; 11096).

O Dr. Alfredo Lima procurou aproximar-se do novo prefeito e chegou a estabelecer uma relação de amizade. Mesmo afastado do poder político, possuía grande influência na cidade, organizava eventos públicos, como passeatas e discursos, e foi um dos fundadores da Legião 3 de Outubro<sup>10</sup>, em Manhumirim, despertando pesadas críticas do vigário, que alertava seus leitores para tomarem cuidado com os “exploradores de ocasião, que ao saberem da nova organização, pularão na frente para ocuparem o primeiro lugar, o posto mais alto, e assim poderem continuar a sua baixa politicagem” (*Correio da Manhã*, 1931, edição 11131; 11162; *O Lutador*, 1931, n. 110).

Um ano depois, ou seja, no início de 1932, ocorreu uma nova mudança e Dr. Alfredo Lima foi novamente nomeado para ocupar o cargo do qual fora removido

---

<sup>10</sup> Legião 3 de Outubro: Organização que possuía características militares, fundada em Minas Gerais por Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari. Em vários municípios, foram criados núcleos legionários, sendo que o de Manhumirim foi fundado pelos Drs. Alfredo Lima e Nelson César e reuniu cerca de 60 homens, que possuíam uniforme característico (blusão e casquete cáqui e calça branca) e chegaram a tomar parte em uma passeata na capital, Belo Horizonte. Contudo, a existência do movimento foi rápida, durou cerca de cinco meses e foi extinta por Vargas (BOTELHO, 2011b, p. 107-110).

no final de 1930. Lima ficou no comando do município até o início de 1935, quando passou a função para seu sucessor, Manoel Manduca, e ocupou a cadeira de Deputado Constituinte mineiro (*Correio da Manhã*, 1933, edição 11762; 1935, edição 12368; 12371).

Com o objetivo de obter mais votos na cidade, na ocasião da disputa pela Constituinte, Dr. Alfredo Lima propôs reconciliação com seu antigo desafeto, padre Júlio Maria, que aceitou. O evento teve características festivas: passeata pelas ruas da cidade, visitas às obras do padre (Seminário, Escola Normal e Hospital) e recepção na casa do prefeito candidato a deputado. Os jornais locais *Manhumirim* e *União e Ação* celebraram em artigos diversos o fim das animosidades (BOTELHO, 2011b, p. 129-132; BARBOSA, 2009, p. 97-98). Apesar dessa reconciliação pública, os dois continuaram se antagonizando e, vez ou outra, polemizavam pelos periódicos da cidade.

### **Considerações finais**

Buscamos, no decorrer deste trabalho, analisar o desenvolvimento da Revolução de 30 na Zona da Mata Mineira, em especial, no Município de Manhumirim que, por fazer fronteira com o Estado do Espírito Santo, foi rota de entrada de uma Coluna Revolucionária arregimentada e liderada por autoridades municipais, que chegou a ocupar, em nome da Revolução, algumas cidades capixabas.

Apontamos também que, no período anterior aos acontecimentos de 30, a cidade passava por uma intensa e complicada disputa político-religiosa, na qual se protagonizou o padre Júlio Maria de Lombaerde que, imbuído dos ideais da “Restauração Católica”, desenvolveu um catolicismo militante e destacou-se no embate ao avanço do protestantismo e da maçonaria na região. Dessa forma, a chegada do padre Júlio Maria acabou por dividir a até então unida força política da cidade em dois grupos fortes e antagônicos que se digladiavam por meio de artigos polêmicos publicados nos jornais locais *O Lutador*, *Manhumirim* e *Jequitibá*.

A análise se valeu de fontes documentais diversas e pouco exploradas, como relatórios do *Livro de Tombo* da paróquia local e artigos publicados em *O Lutador* e no *Correio da Manhã*, que serviram, inclusive, para refutar hipóteses pouco embasadas, favoráveis ou não ao papel do padre Júlio Maria, personagem mítico na cidade, e para compreender como cada grupo conflitante se apropriou dos desdobramentos da Revolução de 30 na região para se fortalecer e coagir seus adversários.

Assim, apontamos que o grupo liderado pelo Dr. Alfredo Lima se valeu do contexto para controlar de forma arbitrária a força de polícia local e para empastelar o polêmico jornal *O Lutador*, que dava vazão aos ataques públicos do padre contra as autoridades

locais. De forma similar, o sacerdote, alvo de atos de violência, buscou auxílio no seu superior imediato, o bispo D. Carloto Távora, tio do general Juarez Távora, para mover a alta cúpula política estadual, representada por Arthur Bernardes, líder do Partido Republicano Mineiro, e por Olegário Maciel, um dos únicos presidentes de Estado a se preservar no cargo após a ascensão de Vargas, para substituir o presidente da Câmara, Dr. Alfredo Lima, assim como as forças policiais da cidade (delegados, subdelegados) e diversos ocupantes de cargos públicos municipais, por elementos favoráveis ao seu projeto político-religioso.

## Referências

### Documentação primária

A campanha do Bernardismo em Minas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 11043, 19 dez. 1930.

A posse do novo prefeito de Manhumirim. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 12371, 22 mar. 1935.

A suspensão rigorosa do embarque do café em 31 de março. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 12061, 24 mar. 1934.

Assassinato de um ex-capitão revolucionário mineiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 11168, 15 mai. 1931.

Candidato a Constituinte. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 11762, 08 abr. 1933.

Em Manhumirim, a cidade vive alarmada. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 11054, 01 jan. 1931.

Em Manhumirim, como foi recebido o prefeito local. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 11064, 13 jan. 1931.

Em Manhumirim, um padre francês feito chefe político. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 11071, 21 jan. 1931.

Fatos da Revolução. *Vida Capixaba*, Vitória, ano IX, n. 262, 07 fev. 1931.

FERREIRA, Armando. Um templo evangélico dinamitado. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 11096, 20 fev. 1931.

FERREIRA, José. Manhumirim a "cidade dynamo da Matta". *Manhumirim*, Manhumirim, n. 571, 11 abr. 1937.

Incineração do café. *Manhumirim*, Manhumirim, n. 631, 03 jul. 1938.

Loja Maçônica "Propter Humanitatem". *Manhumirim*, Manhumirim, n. 634, 24 jul. 1938.



- LOMBAERDE, Júlio Maria de. A Legião de Outubro. *O Lutador*, Manhumirim, n. 110, 08 mar. 1931.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. Alistai-vos. *O Lutador*, Manhumirim, n. 47, 13 dez. 1929.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. As candidaturas presidenciais. *O Lutador*, Manhumirim, n. 45, 29 set. 1929.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. Casa da sorte. *O Lutador*, Manhumirim, n. 22, 21 abr. 1929.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. Depois da Revolução. *Caderno de anotações pessoais*. Manhumirim, 1930.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. Destruindo sofismas: uma pequena resposta ao Dr. Alfredo Lima. *O Lutador*, Manhumirim, n. 64, 18 mar. 1934.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. Do Estado de Minas. *O Lutador*, Manhumirim, n. 99, 19 out. 1930.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. E nós aqui!?. *O Lutador*, Manhumirim, n. 99, 19 out. 1930.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. Em Manhumirim. *Boletim do O Lutador*, Manhumirim, out. 1930.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. Festas religiosas em Jequitibá. *O Lutador*, Manhumirim, n. 28, 02 jun. 1929.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. Grande aniversário. *O Lutador*, Manhumirim, n. 146, 15 nov. 1931.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. Grande Revolução em Manhumirim. *O Lutador*, Manhumirim, n. 87, 20 jul. 1930.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. Grandeza de alma de um filho de Manhumirim. Sr. Narciso Rabello. *O Lutador*, Manhumirim, n. 94, 07 set. 1930.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. Manhumirim em progresso. *O Lutador*, Manhumirim, n. 11, 03 fev. 1929.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. Mês de Maria em Manhumirim. *O Lutador*, Manhumirim, n. 23, 28 abr. 1929.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. Movimento religioso da paróquia durante os anos 1929 e 1930. *Livro de Tombo da paróquia do Senhor Bom Jesus de Manhumirim (1912-1938)*, Manhumirim, folhas 13 e 14, frente e verso, 10 jan. 1931.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. Nota. *Boletim do O Lutador*, Manhumirim, out. 1930.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. Noticiário local. *O Lutador*, Manhumirim, n. 107, 15 fev. 1931.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. O Lutador na luta. *O Lutador*, Manhumirim, n. 147, 22 nov. 1931.

- LOMBAERDE, Júlio Maria de. O Lutador ressuscitado. *O Lutador*, Manhumirim, n. 101, 01 jan. 1931.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. O momento político. *O Lutador*, Manhumirim, n. 44, 22 set. 1929.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. Revolução. *O Lutador*, Manhumirim, n. 98, 12 out. 1930.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. Tomada do Rio Pardo. *Boletim do O Lutador*, Manhumirim, out. 1930.
- LOMBAERDE, Júlio Maria de. Uma chuva de ladrilhos. *O Lutador*, Manhumirim, n. 21, 14 abr. 1929.
- Manhumirim, cidade dínamo da Zona da Mata. *Manhumirim*, Manhumirim, n. 813, 28 jun. 1942.
- Manhumirim. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 12368, 19 mar. 1935.
- MINAS GERAIS. *Constituição Política do Estado de Minas Gerais*. (15.06.1891). Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224220>>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- MINAS GERAIS. *Lei Estadual nº. 843, de 07 de setembro de 1923*. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=Lei&num=843&ano=1923>>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- MINAS GERAIS. *Lei Provincial nº. 2.407, de 05 de novembro de 1877*. Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis\\_mineiras\\_docs/viewcat.php?cid=3418](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/viewcat.php?cid=3418)>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- MONTEIRO, M. Manhumirim cidade de progresso. *O Lutador*, Manhumirim, n. 16, 20 abr. 1941.
- NORA, Anníbal. Templos construídos. *Relatório Annual do movimento espiritual e financeiro de 1927 da Igreja Evangélica Presbiteriana do Alto Jequitibá*. Rio de Janeiro: Papelaria Moderna, 1928.
- O café. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 11.815, 09 jun. 1933.
- O entusiasmo pela Legião em Manhumirim. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 11131, 02 abr. 1931.
- O golpe nas situações municipais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 11037, 12 dez. 1930.
- Os acontecimentos de Manhumirim. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 11047, 24 dez. 1930.
- Passada na Capital BH, Legião de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 11162, 08 mai. 1931.

PAVÃO, Júlio. O problema do café. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 10.730, 20 dez. 1929.

PORCINO, José Teixeira. *Requisição de tipografia*. Manhumirim, 1930.

Um apelo ao comércio. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 09158, 29 mar. 1924.

VALLE, Agostinho do Couto. Farrapos de uma política vergonhosa, Manhumirim. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 11102, 27 fev. 1931.

### **Obras de apoio**

ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes. *Elites políticas espírito-santenses e reformismo autoritário (1930-1937)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

AZZI, Riolando. O início da Restauração católica no Brasil (1920-1930) (II). *Síntese Política Econômica Social*, v. IV, n. 11, p. 73-101, 1977.

BALESTRERO, Heribaldo L. *O povoamento do Espírito Santo: a marcha da penetração do território*. Viana: Ed. JEP Gráfica, 2012.

BARBOSA, Vivaldo. *Meeiros de café: gente e ocupação da zona proibida do Caparaó*. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

BOTELHO, Demerval Alves. *História de Manhumirim (1808-1924)*. Belo Horizonte: O Lutador, 2011a.

BOTELHO, Demerval Alves. *História de Manhumirim (1924-1947)*. Belo Horizonte: O Lutador, 2011b.

CABRAL NETO, Joaquim. *Caminhos: retratos de um tempo e sua época*. Belo Horizonte: Speed Editora, 2004.

CAVALIERI, Ivan Fornazier. *Lembranças do passado*. Juiz de Fora: Editar Editora Associada, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes; SÁ PINTO, Surama Conde. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LEAL, J. E. F. *A Rota Imperial da Estrada Real: a Estrada São Pedro de Alcântara*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2009.

LEITE, Alessandro da Silva. *A ocupação da terra e a estrutura agrária do município de Manhumirim: 1877-1924*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006.

- LÉONARD, Émile-Guillaume. *O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social*. Rio de Janeiro e São Paulo: JUERP/ASTE, 1981.
- LIRA, Jorge Buarque. *A maçonaria e o cristianismo*. São Paulo: Casa Lyra, 1947.
- MIRANDA, Antônio Afonso de. *Padre Júlio Maria: sua vida e missão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1957.
- RIBEIRO, Boanerges. *Igreja evangélica e república brasileira (1989-1930)*. São Paulo: O Semeador, 1991.
- SATHLER, Anderson et al. *História da Igreja Presbiteriana de Alto Jequitibá*. Belo Horizonte: Betânia, 1991.
- SENA, Nicodemo Valim; SILVA, Levy Soares. *Estação da Memória: Manhumirim e Alto Jequitibá no tempo da ferrovia*. Rio de Janeiro: CBJE, 2014.
- SILVEIRA, José Mauro Pires. O café e a Estrada de Ferro Leopoldina: uma confluência de interesses. *Revista de Ciências Humanas*, v. 9, n. 1, p. 107-117, 2009.
- SIMÕES, Daniel Soares. *O rebanho de Pedro e os filhos de Lutero: o Pe. Júlio Maria de Lombaerde e a polêmica antiprotestante no Brasil*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.
- SOARES, Fabrício Emerick. *Do discurso missionário à prática do poder político: uma análise da atuação do padre Júlio Maria de Lombaerde na paróquia do Senhor Bom Jesus de Manhumirim*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2009.
- SOUZA JÚNIOR, José Pereira de. A recristianização do Brasil: Restauração e Neocristandade Católica na Primeira República (1889-1930). *Campo da História*, v. 3, n. 1, Caruaru, 2018.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. O processo político partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.